

OFÍCIO GAB. N.º 223/11 Eldorado do Sul, 24 de novembro de 2011.

Exmo. Sr. José Carlos Souza da Silva.
D.D. Presidente da Câmara de Vereadores.
Eldorado do Sul-RS.

Exmo. Presidente:

No uso das atribuições legais que conferem o § 1º, do art. 52, da Lei Orgânica do Município, venho por meio deste apresentar veto frente a emenda aditiva apresenta no Projeto de Lei nº. 147/2011, que acrescentou ao art. 2º do projeto original, o § 3º.

RAZÕES DO VETO.

O Poder Executivo Municipal apresentou o Projeto de Lei Municipal nº. 147, na data de 25 de outubro de 2011 tendo como proposta a concessão de incentivos fiscais e econômicos à empresa Himalaia Comércio de Produtos Alimentares Ltda..

Dentre os incentivos concedidos, constou a previsão da cessão de uso sobre área na zona urbana do Município, pelo período de até 05(cinco) anos, área esta com metragem de 15.000,00m² (quinze mil metros quadrados), conforme descrição contida no § 1º., do art. 2º., do Projeto de Lei em tela.

Segundo emenda aditiva proposta por este Poder Legislativo, que acrescentou o § 3º. ao art. 2º. do Projeto de Lei em tela, a empresa Himalaia Comércio de Produtos Alimentares Ltda. terá preferência na aquisição de mais 1,5 hectar, de área lindeira, destinado à ampliação do empreendimento em um prazo não superior a 18 (dezoito) meses.

Ocorre que a emenda proposta pelo Poder Legislativo apresenta um vício quando disciplina matéria elencada na Lei Orgânica Municipal como sendo de atribuição privativa do Prefeito Municipal.

Nos termos do inciso XX, do art. 59 da LOM, compete privativamente ao Prefeito:

“XX- administrar os bens e rendas do Município, promovendo o lançamento, a fiscalização e a arrecadação dos tributos;”.

A proposta apresentada é ilegal na medida em que destina a particular uma área de propriedade do Município fazendo com que esta fração não possa ser utilizada pelo período de, pelo menos, 18(dezoito) meses, conforme constou na emenda aditiva.

Conforme nossa LOM, compete privativamente ao Prefeito administrar os bens municipais, sendo ilegal a redação da emenda apresentada.

Conforme disciplina Hely Lopes Meirelles, em sua obra intitulada “Direito Administrativo Brasileiro”¹, “ Todos os bens públicos, qualquer que seja sua natureza, são passíveis de *uso especial* por particulares, desde que a utilização consentida pela Administração (...)” “ Ninguém tem direito natural a uso especial de bem público, mas qualquer indivíduo ou empresa pode obtê-lo mediante contrato ou ato unilateral da Administração, na forma autorizada por lei ou regulamento ou simplesmente consentida pela autoridade competente.”(Grifo nosso).

Sendo assim, temos que os bens públicos somente podem ser destinados à particulares através de ato formal da Administração e através da autoridade competente que, neste caso, segundo disciplina a LOM é o Prefeito Municipal, de forma privativa.

Além de ilegal, cumpre salientar que, segundo informações da Secretaria de Planejamento, não existe área disponível, pertencente ao Município, lindeira à área que está sendo cedida em uso à empresa Himalaia.

Não bastassem os fatores acima, cumpre salientar, ainda, que segundo a emenda proposta, a empresa terá preferência na aquisição de mais 1,5 hectare de área lindeira.

Ainda nos ensinamentos do mestre Hely Lopes Meirelles², importante a compreensão de que “A *natureza da administração pública* é a de um *múmus público* para quem a exerce, isto é, a de um encargo de defesa, conservação e aprimoramento dos bens, serviços e interesses da coletividade.” E temos, ainda, que “Os *fins da administração pública* resumem-se nun único objetivo: o *bem comum da coletividade administrada*.”

1 Meirelles, Hely Lopes, **Direito Administrativo Brasileiro**, 27ª. edição, ed. Malheiros, São Paulo, pág. 492.

2 Meirelles, Hely Lopes, **Direito Administrativo Brasileiro**, 27ª. edição, ed. Malheiros, São Paulo, pág. 84 e 85.

As transcrições acima servem para afirmar que a administração pública não tem como finalidade a comercialização de seu patrimônio. Nos termos da emenda aditiva, a empresa terá a preferência para aquisição de uma área de propriedade do Município, sendo esta forma de alienação do patrimônio público incompatível com a natureza e fins da administração pública. Sem mencionar o fato de que os interesses particulares da empresa não podem se sobrepor aos interesses públicos sendo medida descabida “congelar” uma área pública esperando a vontade do particular em adquirí-la.

Diante dos motivos acima expostos, este Executivo municipal apresenta as suas razões do veto parcial a emenda aditiva de nº. 001 que acrescentou o § 3º. ao art. 2º. do Projeto de Lei 147, de 2011, nos termos do art. 52, § 5º. da LOM, uma vez que restou demonstrado ser ilegal, contrariando diretamente o que prevê o inciso XX, do art. 59, da Lei Orgânica Municipal.

Atenciosamente,

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES
Prefeito Municipal